



## **03 DE DEZEMBRO DE 2015**

### **Quinta-feira**

- ENTIDADES PATRONAIS E DE TRABALHADORES SE UNEM PARA PEDIR MUDANÇAS NA POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO
- ABRADEE: ENERGIA INDUSTRIAL BRASILEIRA É A 6ª MAIS CARA ENTRE PAÍSES DA OCDE
- CRISE PROVOCOU SEIS DEMISSÕES EM MASSA NA INDÚSTRIA DO PARANÁ; VEJA LISTA
- URBS ESTUDA NOVA AJUDA PARA EMPRESAS DE ÔNIBUS; VIAÇÕES REAFIRMAM QUE NÃO HÁ DINHEIRO PARA SALÁRIOS
- CUNHA DESMORALIZA O IMPEACHMENT
- ARTIGO: ANÁLISE: DILMA 171
- DISTRIBUIDORES DE ENERGIA PREVEEM REDUÇÃO DE 8% NA CONTA DE LUZ EM 2016
- ACORDO CHINA-AUSTRÁLIA MEXE COM O BRASIL
- PONTAPÉ NO IMPEACHMENT DIVIDE EMPRESÁRIOS E SINDICALISTAS
- ABRADEE PREVÊ REDUÇÃO DE 8% NA CONTA DE LUZ A PARTIR DE MARÇO DE 2016
- ECONOMIA NÃO TEM COMO SE RECUPERAR COM UM GOVERNO SEM CREDIBILIDADE, DIZ SKAF
- QUEDA NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL ANTE OUTUBRO/14 É A MAIOR DESDE ABRIL/09, DIZ IBGE
- PRODUÇÃO DE BENS DE CAPITAL CAI 1,9% EM OUTUBRO ANTE SETEMBRO, REVELA IBGE
- AUDI ESPERA CRESCER ATÉ 30% NO PRÓXIMO ANO
- VOLVO CARS MOSTRA AO MUNDO O NOVO S90 HÍBRIDO PLUG-IN

- PAULO NEMER É REELEITO PRESIDENTE DA ABLA PARA BIÊNIO 2016-2017
- VENDAS DE PNEUS PARA MONTADORAS CAEM 22,8% ATÉ OUTUBRO
- VOLVO BUS LANÇA SISTEMA DE GESTÃO PARA ÔNIBUS URBANOS
- MPF DIZ QUE VALE DESCUMPRE CLÁUSULAS DE LICENÇA AMBIENTAL EM ONÇA PUMA
- ARTIGO: OS IMPACTOS DA CRISE NO SETOR DE BENS DE CAPITAL
- PEDIDOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL ATINGEM NOVO RECORDE EM NOVEMBRO, DIZ SERASA
- EXPORTAÇÃO SERÁ A ÚNICA ALTERNATIVA EM 2016, DIZ FIESP
- MERCEDES PREVÊ QUEDA MAIOR NA VENDA DE CAMINHÃO
- PROJEÇÃO PARA IPCA 2016 SUBIU NO CENÁRIO DE REFERÊNCIA, APONTA ATA DO COPOM
- DONOS BILIONÁRIOS APOIARÃO RECUPERAÇÃO DA VW APÓS ESCÂNDALO
- OCDE PREVÊ PRESSÃO MAIOR SOBRE FABRICANTES
- QUEM PODE TER EMPRESA NO SIMPLES NACIONAL?

<b>CÂMBIO</b>		
<b>EM 03/12/2015</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,796	3,797
<b>Euro</b>	4,103	4,105

**Fonte: BACEN**

### Entidades patronais e de trabalhadores se unem para pedir mudanças na política econômica do governo

03/12/2015 – Fonte: O Estadão

Pelo menos uma dezena de entidades representativas dos trabalhadores e setores empresariais se aliaram para aumentar a pressão sobre a presidente Dilma Rousseff e o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, por mudanças na política econômica do governo.

O documento “Compromisso pelo Desenvolvimento”, assinado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, Associação Brasileira da Indústria Têxtil e Confecção, Clube de Engenharia, entre outros, será lançado nesta quinta-feira, 3, pedindo a construção

de uma "rápida transição para a retomada do crescimento e do desenvolvimento econômico e social", "mudanças emergenciais" e a "reorientação da política econômica".

Até o lançamento, os articuladores do texto esperam reunir ainda o apoio de outras entidades de peso do setor empresarial como Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e Sindicato Nacional da Indústria de Construção Pesada (Sinicon).

De acordo com o texto, "não é possível aceitar passivamente as projeções de um 2016 perdido". Para isso, é preciso "destravar a capacidade do Estado para exercer suas funções (...) corrigir e reorientar a política econômica e o regime fiscal (...) para isso é preciso promover mudanças, sobretudo no sentido de priorizar o setor produtivo e o capital não especulativo".

O texto não pede explicitamente o "Fora Levy", mas é um sinal para o governo da insatisfação generalizada em relação ao ministro.

O documento destaca a necessidade de "construir a mais rápida transição para a retomada do crescimento e do desenvolvimento econômico no médio e longo prazo". E faz uma série de propostas práticas que vão na contramão do ajuste fiscal promovido por Levy: "Retomar rapidamente o investimento público e privado em infraestrutura produtiva", "no setor de energia, em especial na Petrobrás", "ampliar, em condições emergenciais, financiamento de capital de giro para empresas".

Além disso o texto propõe saídas para os impactos econômicos da Operação Lava Jato, como "destravar o setor de construção, por meio de instrumentos institucionais adequados, inclusive acordos de leniência, entre outros, que garantam a penalização dos responsáveis e a segurança jurídica das empresas, com a manutenção dos empregos".

### **Leia a íntegra:**

#### **"Compromisso pelo Desenvolvimento"**

*O Brasil é muito maior que a crise, porém, diante do agravamento da situação econômica e dos impactos sociais decorrentes, são urgentes ações propositivas por parte dos que estão preocupados com o emprego, a produção e o bem-estar de milhões de brasileiros. Não é possível aceitar passivamente as projeções de um 2016 perdido, visto que 2015 já está na conta da recessão e do desemprego crescente.*

*As brasileiras e os brasileiros querem construir um país com desenvolvimento econômico, social e ambiental, soberano, republicano e democrático.*

*Afirmamos o compromisso com o Brasil e as gerações presentes e futuras para avançar no fortalecimento do nosso sistema econômico produtivo, das condições e das relações de trabalho. Por isso, reunimos forças para propor mudanças emergenciais que revertam as expectativas que ameaçam o presente e o futuro do país.*

*Superar os atuais entraves aos investimentos em infraestrutura, destravar a capacidade do Estado para exercer suas funções, incrementar a produtividade, gerar empregos de qualidade, aumentar a renda média, garantir educação de qualidade, fortalecer a democracia e suas instituições, corrigir e reorientar a política econômica e o regime fiscal para o crescimento são alguns dos desafios estruturais do nosso desenvolvimento. O combate ininterrupto à pobreza, à desigualdade, à corrupção e à ineficiência deve ser institucionalmente fortalecido.*

*É imprescindível mobilizar a vontade coletiva para viabilizar um modelo de desenvolvimento com valorização da produção e do trabalho. Para isso é preciso promover mudanças, sobretudo no sentido de priorizar o setor produtivo e não o capital especulativo.*

*O Compromisso pelo Desenvolvimento é um esforço na direção de um entendimento propositivo entre trabalhadores e empregadores, que busca articular forças com o objetivo de construir a mais rápida transição para a retomada do crescimento e do desenvolvimento econômico e social no médio e longo prazo, com sustentabilidade ambiental.*

*Para tanto, o Compromisso pelo Desenvolvimento demanda o encaminhamento imediato, em espaços de negociação tripartite, inclusive no Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e Previdência Social, da seguinte agenda:*

- Retomar rapidamente o investimento público e privado em infraestrutura produtiva, social e urbana, ampliando os instrumentos para financiá-la, bem como criando ambiente regulatório que garanta segurança jurídica;*
- Retomar e ampliar os investimentos no setor de energia, como petróleo, gás e fontes alternativas, em especial na Petrobras;*
- Destruar o setor de construção, por meio de instrumentos institucionais adequados, inclusive acordos de leniência, entre outros, que garantam a penalização dos responsáveis e a segurança jurídica das empresas, com a manutenção dos empregos;*
- Criar condições para o aumento da produção e das exportações da indústria de transformação;*
- Priorizar a adoção de políticas de incentivo e sustentabilidade do setor produtivo (agricultura, indústria, comércio e serviços), de adensamento das cadeias produtivas e de reindustrialização do país;*
- Ampliar, em condições emergenciais, o financiamento de capital de giro para as empresas, com contrapartidas sociais e ambientais;*
- Adotar políticas de fortalecimento do mercado interno para incremento dos níveis de consumo, de emprego, renda e direitos sociais.*

*São Paulo, 3 de dezembro de 2015*

*CSB - Central dos Sindicatos Brasileiros*

*CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil*

*CUT - Central Única dos Trabalhadores*

*Força Sindical*

*NCST - Nova Central Sindical de Trabalhadores*

*UGT - União Geral dos Trabalhadores*

*Abit - Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção*

*Abrinq - Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos*

*Clube de Engenharia*

*Instituto Ethos"*

## **Abradee: energia industrial brasileira é a 6ª mais cara entre países da OCDE**

03/12/2015 – Fonte: EM.com

A tarifa de energia da indústria atingiu o patamar de R\$ 528,50 por megawatt-hora (MWh), a sexta mais alta entre países da OCDE, de acordo com levantamento da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). Em dólar, a tarifa é de US\$ 151 e só perde para países como Itália, Alemanha, Japão, Reino Unido e Espanha. E é mais alta do que a de países como Grécia, França, Turquia, Dinamarca, Canadá, Suécia, Estados Unidos e Coreia do Sul.

De 2014 para 2015, o Brasil ganhou uma posição nesse ranking, ultrapassando a Grécia. O avanço só não foi maior porque o real perdeu valor em relação ao dólar neste ano, o que diminuiu o impacto da tarifa. A comparação considera as tarifas de agosto, um dólar de R\$ 3,50 e incluiu impostos.

Já a conta de luz do consumidor residencial chegou a R\$ 609,00 por MWh. Na comparação com outros países da OCDE, a tarifa no País é a décima mais alta. Em dólar, está em US\$ 174 por MWh.

No ranking, o Brasil perde para Dinamarca, Alemanha, Espanha, Itália, Reino Unido, Japão, Grécia, Suécia e França, mas ganha da Turquia, Estados Unidos, Coreia do Sul e Canadá.

## **Inflação**

Com base em dados do IPCA, a Abradee informou que a tarifa de energia elétrica residencial acumula uma alta de 797% de janeiro de 1994 a junho de 2015, menos que o salário mínimo, gás de cozinha e aluguel, e mais que o transporte público, comunicação, serviços pessoais, plano de saúde, alimentação fora de domicílio e gasolina.

De acordo com o presidente da Abradee, Nelson Leite, o Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP) foi de 77,3%. No ano passado, o índice foi de 78,9%. Em relação a 15 países da América Latina e Caribe, o índice ficou acima da média de 74,5%.

Na comparação com os Brics, a qualidade de fornecimento de energia atingiu 4,1. A nota variava de 1 a 7. A nota é melhor que a da Índia (3,4) e da África do Sul (3,6), mas pior que Rússia (4,8) e China (5,2).

De acordo com a Abradee, na conta de luz, 41% pagam a geração de energia, 40% os encargos setoriais, 16% as empresas de distribuição e 3% a transmissão.

## **Crise provocou seis demissões em massa na indústria do Paraná; veja lista**

03/12/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



De 2014 para cá, a indústria recorreu a várias medidas na tentativa de evitar cortes de pessoal. A maioria das empresas adotou, em algum momento, instrumentos como férias coletivas, banco de horas, suspensão de contratos de trabalho (layoff) e redução de jornada e salários. A partir do momento em que ficou claro que a crise não será revertida tão cedo, o setor começou a demitir.

Em 12 meses até outubro, a indústria cortou 557 mil postos de trabalho no país, o equivalente a 40% de todas as demissões. No Paraná, as fábricas dispensaram 43 mil pessoas no mesmo período, ou 63% das dispensas promovidas por todos os setores.

Boa parte das empresas cortou algumas dezenas de funcionários, mas em alguns casos a redução de pessoal chegou à casa das centenas. Confira seis demissões em massa promovidas no estado desde o fim de 2014:

### **CATERPILLAR**

A empresa, que produz pás carregadeiras e escavadeiras em Campo Largo, demitiu mais de 200 pessoas a partir de agosto de 2014, segundo o Sindimovec, que representa os trabalhadores.

## *VOLVO*



Em dezembro de 2014, a Volvo dispensou 206 funcionários na fábrica da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), que produz caminhões, chassis de ônibus, cabines, motores e caixas de câmbio. Em maio de 2015, a empresa fechou acordo com os trabalhadores para não demitir até o fim deste ano.

## *CNH INDUSTRIAL*



Em janeiro de 2015, a fabricante de máquinas agrícolas das marcas Case e New Holland demitiu 270 pessoas de sua fábrica na Cidade Industrial de Curitiba (CIC).

## *RENAULT*



Cerca de 470 pessoas aderiram ao programa de demissões voluntárias (PDV) da montadora de carros utilitários de São José dos Pinhais, encerrado em fevereiro.

## *METAPAR*

Subsidiária da Bosch, a Metapar fechou as portas em setembro, deixando 145 pessoas sem emprego. A empresa produzia peças usinadas no bairro Pinheirinho, em Curitiba.

## *ELECTROLUX*



Com duas fábricas em Curitiba, a multinacional de origem sueca cortou 200 postos de trabalho entre março e abril e, na última terça-feira (1.º), demitiu mais 540.

## **Urbs estuda nova ajuda para empresas de ônibus; viações reafirmam que não há dinheiro para salários**

03/12/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



Os quase R\$ 5 milhões que a prefeitura de Curitiba adiantou para as empresas de ônibus, no início desta semana, apagaram apenas o incêndio do 13.º salário, cujo prazo para pagamento da primeira parcela venceu na última segunda-feira (30). Para o salário de novembro, a Urbs estuda nova "ajuda" aos empresários. A conta deve ser paga na próxima segunda-feira (7).

O Setransp (sindicato patronal) voltou a afirmar que não há dinheiro em caixa para pagamento do salário de motoristas e cobradores. A Urbs, que administra o sistema, estuda alternativa semelhante à realizada no início da semana, quando depositou o valor referente ao que foi gasto pelos passageiros naquele dia, antecipando em 48 horas o pagamento.

Segundo informações da Urbs, o Setransp entregou uma planilha com os custos da folha de pagamento de novembro na tarde desta quarta-feira (2). A empresa irá discutir o que é viável "do ponto de vista técnico e financeiro" de ser transferido às viações com base neste documento. Mas a Urbs não cogita antecipar pagamentos por serviços ainda não prestados pelas empresas de ônibus.

A proposta da Urbs será apresentada em nova rodada de negociações na próxima sexta-feira (4), com mediação do Ministério Público do Trabalho (MPT-PR). O objetivo é evitar nova greve de motoristas e cobradores, como a que atingiu parcialmente o transporte em Curitiba, na manhã desta terça-feira (1.º).

A assessoria do Setransp reiterou nesta quarta-feira que busca junto à Urbs verba para quitar a folha de pagamento. Mas o pano de fundo da negociação mediada é a redefinição do valor da tarifa técnica, hoje fixada em R\$ 3,21.

Também na sexta-feira, o sindicato dos trabalhadores (Sindimoc) deve realizar nova assembleia. O presidente da entidade, Anderson Teixeira, diz que um indicativo de greve pode ser aprovado para terça-feira (8), caso as empresas não paguem o salário em dia.

O pagamento dos salários posterga em duas semanas a crise do transporte. Novo pagamento deve ser feito no próximo dia 20. Dessa vez, da segunda parcela do 13.º e do adiantamento do vale.

Para evitar que o problema se repita, Setransp e Sindimoc estudam antecipar as discussões em torno da convenção coletiva da categoria, prevista para ocorrer em fevereiro do ano que vem.

Já a Urbs deve aumentar a tarifa nos próximos meses. O presidente da empresa, Roberto Gregório, declarou que o reajuste é inevitável, em função do aumento dos "insumos que compõe a tarifa técnica", como pneus, combustíveis e salário. Ainda não há previsão de quando o aumento será feito e nem de qual será o novo valor.

## Editorial: Cunha desmoraliza o impeachment

03/12/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Quando um presidente da Câmara pego na mentira e que está à beira de um processo de cassação por quebra de decoro parlamentar afirma que vai, finalmente, aceitar um dos vários processos de impeachment de Dilma Rousseff após ter jogado com eles por meses, que outra conclusão podemos tomar senão a de que estamos diante do mais bisonho episódio da vida política brasileira?

Quando Brasília vira uma mistura de novela mexicana e máfia italiana, com suas tramas movidas a crimes, paixões e vingança, que esperança um brasileiro pode colocar em sua classe política?

Cunha nunca esteve muito interessado nas considerações técnicas em favor do impeachment.

Não que o impeachment não seja necessário. Já afirmamos, neste espaço, que há razões mais que suficientes para o impedimento de Dilma. Há crimes de responsabilidade concretos, e não apenas mera incompetência (que, por mais grave que seja, nem seria causa de impeachment).

Cunha, num modelo “morde e assopra”, até afirmou ter rejeitado diversos pedidos apresentados à Câmara antes de aceitar a peça assinada por Miguel Reale Jr., Hélio Bicudo e Janaina Paschoal, reescrita para contemplar as “pedaladas” cometidas por Dilma em 2015. Na verdade, mesmo o pedido que se baseava apenas nas irregularidades de 2014 – analisadas pelo Tribunal de Contas da União, que emitiu parecer recomendando ao Congresso que rejeitasse as contas – já deveria ter sido aceito; não compartilhamos da tese de que o início de um segundo mandato livra o governante de responder por crimes de responsabilidade cometidos no primeiro mandato.

Mas Cunha nunca esteve muito interessado nas considerações técnicas em favor do impeachment; para ele, deixar a espada pendendo sobre a cabeça de Dilma era conveniente apenas para preservar seu próprio mandato, ameaçado pela Lava Jato e pela representação no Conselho de Ética que pede a sua cassação. Ou alguém crê nas palavras de Cunha quando ele diz que sua decisão não foi movida por interesse pessoal? Justo quando o PT anuncia que seus deputados no Conselho de Ética, considerados decisivos no xadrez da cassação, votariam contra Cunha?

O presidente da Câmara, assim, desmoraliza totalmente uma aspiração legítima e bem fundamentada, manchando-a com suas estratégias chantagistas e pelo desejo pessoal de vingança contra um partido que resolveu deixá-lo na mão. É possível recuperar essa legitimidade? Sim, ainda mais considerando que movimentos como esse podem tomar uma dinâmica própria à medida que se desenrolam – e, se isso ocorrer, oxalá seja sem a presença de Cunha.

Mas a situação atual não dá muita esperança. Se já causava nojo o “acordão” costurado por Lula, Rui Falcão, Cunha e Renan Calheiros e que durou por alguns meses, causa nojo igual perceber, neste episódio do impeachment, que a política brasileira, para o bem (se houver algum) e para o mal, se move não pelo interesse do país, mas pelo instinto de autopreservação, em que políticos se comportam mais como animais de documentário, desses que percorrem as savanas à procura de uma presa ou fugindo dos predadores.

A essa altura, discutir se foi o PT quem queimou os navios ao anunciar que votaria contra Cunha ou se foi Cunha quem acabou com o namoro ao aceitar um pedido de impeachment é recordar aquelas brigas infantis entre irmãos. E, se formos pensar bem, Cunha, Lula, Falcão, Dilma, Calheiros poderiam muito bem formar uma família: cada um à sua maneira,



eles se irmanam na chantagem, na política rasteira, no fisiologismo, na incompetência, no despreço às instituições, na falta de escrúpulo em afundar o país na lama.

## **Artigo: Análise: Dilma 171**

03/12/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

“As pessoas estão achando que impeachment é recurso eleitoral. Não é. Impeachment é uma situação de constrangimento do país, de impedimento do presidente da República. Só aconteceu uma vez na nossa história, por outras razões. Você não pode achar que o Brasil é uma republiqueta que vai trocar presidente de uma hora para outra.”

“Cunha cumpre à risca a estratégia do quanto pior, melhor.

A declaração acima saiu da boca de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), em entrevista exclusiva à Gazeta do Povo. Era março e o peemedebista havia acabado de se eleger presidente da Câmara dos Deputados. Não morria de amores por Dilma Rousseff, muito menos pelo PT, mas calculava que tinha mais a ganhar com uma guerra fria, nos bastidores, do que com um conflito aberto, no voto.

Eis que veio a Lava Jato e destróçou ambos os lados. Cunha, herói do baixo clero, vinha se sustentando na base de acordos dúbios – ora com o governo, ora com oposição. Ontem, percebeu que iria de vez para o buraco e resolveu que não cairia sozinho.

Cunha cumpre à risca a estratégia do quanto pior, melhor. Seria uma barbaridade, não fosse uma cópia idêntica do que Dilma e o PT vêm fazendo desde as eleições. A vaca vinha tossindo há tempos no Palácio do Planalto.

Ao deflagrar o impeachment, Cunha perde o único escudo que tinha para se manter no cargo, porém, deixa Dilma à beira do abismo. Em um jogo repleto de “estelionatos”, só resta à presidente uma meta sugestiva. Conseguir os votos de 171 deputados para matar o processo na raiz e barrar o que seria uma inevitável cassação pelo Senado.

(André Gonçalves, editor-executivo de Vida e Cidadania).

## **Distribuidores de energia preveem redução de 8% na conta de luz em 2016**

03/12/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



A conta de luz dos brasileiros deve cair 8% quando a bandeira verde começar a vigorar, provavelmente a partir de março, de acordo com previsão do presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Leite.

“A expectativa é que o período chuvoso seja bom e a bandeira fique verde em março. Se isso se confirmar, a conta de luz já se reduz em 8%”, afirmou.

Segundo ele, ainda não é possível prever o nível dos reajustes da conta de luz no ano que vem. Neste ano, a tarifa subiu, em média, 44% para o consumidor residencial, incluindo o impacto da bandeira vermelha.

Um dos itens que pode contribuir para a redução da conta de luz é a tarifa de Itaipu, que subiu quase 50% no ano passado devido aos impactos do risco hidrológico da usina. Apesar da alta do dólar em relação ao real, a tendência é de queda para 2016, de acordo com o executivo.

A conta de luz de 2016 também não terá o efeito dos atrasos e cancelamento dos repasses do Tesouro programados para o setor em 2014, que foram repassados para a tarifa neste ano. Já a tarifa das usinas antigas e leiloadas na semana passada deve gerar um aumento de R\$ 1 bilhão para a tarifa, ou algo em torno de 1%.

## **Acordo China-Austrália mexe com o Brasil**

03/12/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

Depois de longos dez anos de negociação, China e Austrália assinaram um acordo que engloba a esfera comercial, de serviços e de investimento mútuos.

O texto do acordo foi colocado em pauta pelo congresso australiano e, durante a reunião da Apec (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico) no mês passado, o primeiro-ministro chinês Li Keqiang requisitou sua rápida avaliação e entrada em vigor, o que deve ocorrer em janeiro de 2016.

Com o objetivo de elevar ainda mais o nível de integração entre essas duas economias complementares, o acordo prevê uma série de benefícios de acesso a produtos australianos ao mercado chinês.

Já no primeiro ano do acordo, 85% do valor das exportações australianas passarão a ingressar na China com isenção tarifária. A medida reflete os interesses australianos em garantir maior acesso a seus produtos, principalmente em setores como mineração, energia e agricultura.

O acordo é de grande interesse para o Brasil, pois tem potencial para acirrar a competição em certos setores e até mesmo deslocar exportações brasileiras do mercado chinês.

Brasil e Austrália fazem exportações muito similares para a China. Dados de importação chinesa de 2014, o mais recente disponível para uma clara comparação entre as pautas dos países, mostram que 57% do valor das exportações brasileiras para a China competem diretamente com produtos australianos.

Neste momento, é importante analisar os detalhes do acordo e verificar quais produtos sofrerão efeitos e a quais a ameaça não será tão relevante. De início, deve-se salientar que o minério de ferro, principal produto que o Brasil compete com a Austrália na China, não sofrerá efeitos do acordo, pois a tarifa de importação já é nula. O mesmo pode ser dito para o caso do petróleo.

Dada a relevância desses dois produtos para a pauta de exportação e o fato que a Austrália não exporta soja para a China, pode-se indicar que o acordo não trará grandes choques às vendas brasileiras para o mercado chinês.

O sinal amarelo acende para produtos que Brasil e Austrália competem diretamente no mercado chinês e estão sujeitos à tarifa de importação.

No caso do Brasil, isso se refere a 8,8% do valor da pauta de exportação para a China, US\$ 4,5 bilhões por ano, que podem vir a sofrer efeitos dado que os produtos australianos, a partir de agora, estarão sujeitos a menores tarifas de importação.

Nesse universo, maior cautela deve ser dada aos produtos australianos que passarão a ter menor preço que os produtos brasileiros na China. Trata-se de 2,3% do valor da pauta de

exportação do Brasil para a China, US\$ 1,2 bilhão por ano, em áreas como couros e peles, ligas de ferro-nióbio e produtos químicos (polímeros de etileno), que passarão a ter competição mais acirrada.

Por fim, também se deve prestar bastante atenção para o caso da carne bovina. Como ainda não existem dados anuais diretos da exportação do Brasil para a China, dado que o mercado esteve fechado nos últimos anos, fica difícil uma análise concreta.

No entanto, pode-se discutir o que aconteceria se a totalidade das exportações de carne do Brasil para Hong Kong fossem, agora com o mercado aberto, redirecionadas para a China. O acordo prevê uma tarifa de 10,5% no primeiro ano para a carne australiana, enquanto a brasileira continua com 12%.

Nesse cenário, temos potenciais adicionais de US\$ 618 milhões por ano em exportações brasileiras para a China, que contará com a oferta de carne australiana mais competitiva em termos de preço que a carne brasileira.

ANDRÉ SOARES é especialista em China e ex-coordenador de pesquisa do Conselho Empresarial Brasil-China.

## **Pontapé no impeachment divide empresários e sindicalistas**

03/12/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



A aceitação do pedido de impeachment a presidente Dilma Rousseff dividiu a opinião de empresários e sindicalistas.

Carlos Pastoriza, presidente da Abimaq (associação que reúne fabricantes de máquinas), acredita que falta legitimidade à condução do pedido. "Foi uma retaliação. Na situação em que está o presidente da Câmara [Eduardo Cunha, do PMDB-RJ] e considerando as acusações pesadas contra ele, creio que há uma clara perda de legitimidade [no processo].

" A decisão não surpreende a Abinee (associação da indústria eletroeletrônica). "Não diria que o afastamento ajude a melhorar a situação da economia, mas uma solução temos de ter. Não dá para viver eternamente num impasse, com a possibilidade do impeachment no ar. Nenhum país aguenta conviver com isso durante muito tempo", diz Humberto Barbato, presidente da entidade.

Antônio Britto, presidente-executivo da Interfarma (representa laboratórios multinacionais), afirma que a crise brasileira é "extremamente grave e leva à necessidade de uma condução muito serena sob pena de esse processo, independentemente do resultado, se tornar perigosamente traumático".

Ex-deputado federal e ministro do governo Itamar Franco, o executivo vê diferenças na situação atual e em 1992, época do processo de impeachment do então presidente Collor. "Havia consenso sobre o que deveria ser feito. Desta vez, apesar da impopularidade da presidente, há uma enorme fragilidade dos partidos e das lideranças".

## 'OU MELHORA OU CAI FORA'

Antes do anúncio de Cunha e após apresentar impactos da recessão econômica na indústria e no emprego neste ano, o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Paulo Skaf, criticou a presidente Dilma Rousseff: "Ou o governo muda e tenta retomar a confiança dos consumidores e dos investidores ou [é] melhor arrumar as malas e cair fora."

"O problema não é com o Brasil, mas sim com o governo brasileiro. Ou o governo muda de atitude, para ações exemplares, como o ajuste fiscal, a redução de gastos e desperdício, e parar de barganhar coisas, ou muda o governo. A nação brasileira não pode continuar pagando o pato", afirmou o executivo, em alusão à campanha liderada pela Fiesp contra a alta de impostos.

Questionado sobre o presidente da Câmara, Skaf afirmou que "é duro ouvir todos os lados barganhando". Completou dizendo: "A sensação que nos dá é a de que eles estão usando os mandatos para fins puramente pessoais".

Procuradas, CNI, Febraban e entidades que representam o varejo ainda não se pronunciaram sobre a questão.

## SINDICATOS

A Força Sindical não tomou posição a favor ou contra o pedido de abertura de impeachment. Miguel Torres, presidente da central, diz que "o que importa é discutir o desenvolvimento do país e medidas para sair da crise, com ou sem impeachment".

Para Ricardo Patah, presidente da UGT, a decisão de abrir o processo para o afastamento de Dilma foi uma retaliação "descabida". "Por mais que tenha questões, não há nada que comprove corrupção ou uma gestão fraudulenta."

## **Abradee prevê redução de 8% na conta de luz a partir de março de 2016**

03/12/2015 – Fonte: EM.com

A conta de luz dos brasileiros deve cair 8% quando a bandeira verde começar a vigorar, provavelmente a partir de março, de acordo com previsão do presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Leite.

"A expectativa é que o período chuvoso seja bom e a bandeira fique verde em março. Se isso se confirmar, a conta de luz já se reduz em 8%", afirmou.

Segundo ele, ainda não é possível prever o nível dos reajustes da conta de luz no ano que vem. Neste ano, a tarifa subiu, em média, 44% para o consumidor residencial, incluindo o impacto da bandeira vermelha.

Um dos itens que pode contribuir para a redução da conta de luz é a tarifa de Itaipu, que subiu quase 50% no ano passado devido aos impactos do risco hidrológico da usina. Apesar da alta do dólar em relação ao real, a tendência é de queda para 2016, de acordo com o executivo.

A conta de luz de 2016 também não terá o efeito dos atrasos e cancelamento dos repasses do Tesouro programados para o setor em 2014, que foram repassados para a tarifa neste ano. Já a tarifa das usinas antigas e leiloadas na semana passada deve gerar um aumento de R\$ 1 bilhão para a tarifa, ou algo em torno de 1%.

## **Economia não tem como se recuperar com um governo sem credibilidade, diz Skaf**

03/12/2015 – Fonte: Em.com

A economia brasileira não tem como se recuperar com um governo sem credibilidade, disse nesta quarta-feira, em almoço de final de ano com a imprensa, o presidente de Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf. De acordo com ele, a situação econômica do Brasil é preocupante.

"Não me lembro de tantas coincidências ruins e não vejo como a economia se recuperar com um governo sem credibilidade e fraco", afirmou o presidente da Fiesp. Para ele, a solução para a crise econômica passa pelo reequilíbrio político.

Ainda segundo Skaf, ou o governo muda radicalmente ou "arruma as malas e dá lugar para outro". "Não dá mais para ficar como está. Mais três anos assim não tem como aguentar", disse Skaf.

O Produto Interno Bruto (PIB), de acordo com o presidente da Fiesp, deve fechar este ano com queda de 3,5% e recuar mais 2% em 2016. Seguindo a mesma ordem, a indústria de transformação recuará 9,5% em 2015 e voltará a encolher cerca de 6,5% no próximo ano. "A vida ensina que devemos olhar para a frente, mas quando olhamos para a frente vemos que o PIB deve encolher 2%", comentou.

A solução, segundo o executivo, é o governo cortar gastos e se tornar mais eficiente, recuperar a confiança. "Pela vantagem cambial, muito grupos querem investir no País, mas não vêm por causa da indefinição política", lamentou Skaf.

### **Levy**

O presidente da Fiesp também criticou o tom usado pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, ao se referir às desonerações praticadas durante a gestão de Guido Mantega na pasta. "Acho errado que o atual ministro fique ironizando a gestão anterior" afirmou.

Em fevereiro, o ministro Levy disse que a "brincadeira da desoneração se mostrou extremamente cara para o país". Ainda assim, Skaf não poupou críticas às políticas da era Mantega. "As desonerações foram consequência da falta de uma política de desenvolvimento", disse.

## **Queda na produção industrial ante outubro/14 é a maior desde abril/09, diz IBGE**

03/12/2015 – Fonte: R7

A queda de 11,2% na produção industrial em outubro ante igual mês do ano passado é a mais intensa desde abril de 2009, quando houve retração de 14,1% neste tipo de confronto, apontou nesta quinta-feira, 3, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Considerando apenas meses de outubro, trata-se da maior queda da série histórica, iniciada em janeiro de 2002.

Com o resultado de hoje, a produção chegou a uma queda de 7,8% no acumulado deste ano em relação a igual período de 2014. Também é a maior retração já observada na série do IBGE.

Na comparação com ajuste sazonal, a queda de 0,7% na produção em outubro ante setembro foi a quinta consecutiva. No período, a atividade industrial acumula perda de 5,7%, apontou o IBGE.

## **Atividades**

A queda de 0,7% na produção industrial em outubro ante setembro foi acompanhada por 15 dos 24 ramos investigados pelo IBGE. O maior impacto negativo veio da produção de derivados de petróleo e biocombustíveis, que encolheu 2,7% na passagem do mês, apontou o órgão.

Também tiveram perdas expressivas na produção os segmentos extrativo (-2,0%), de veículos (-3,0%), de equipamentos de informática e produtos eletrônicos (-9,4%) e de perfumaria, sabões e produtos de limpeza (-2,4%). Nesta ordem, eles exerceram grandes impactos no índice industrial.

Entre os desempenhos positivos, destacou-se o setor de produtos alimentícios, cuja atividade teve elevação de 1,7% em outubro ante setembro, apontou o IBGE. Também tiveram aumentos a produção de fumo (3,4%) e o setor de máquinas e equipamentos (0,9%).

## **Produção de bens de capital cai 1,9% em outubro ante setembro, revela IBGE**

03/12/2015 – Fonte: R7

A produção da indústria de bens de capital caiu 1,9% em outubro ante setembro, enquanto na comparação com outubro de 2014 o indicador mostrou queda de 32,6%.

Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal Produção Física (PIM-PF), divulgada na manhã desta quinta-feira, 3, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No acumulado do ano, houve queda de 24,5% na produção de bens de capital em relação a igual período de 2014. Já no acumulado em 12 meses até outubro, o recuo é de 22,3%.

Em relação aos bens de consumo, a pesquisa registrou queda de 0,6% na produção na passagem de setembro para outubro.

Já na comparação com outubro do ano passado, houve recuo de 12,3%. No acumulado do ano, a queda é de 9,5%, enquanto a taxa em 12 meses é de -8,6%.

Na categoria de bens de consumo duráveis, o mês de outubro foi de redução de 5,6% na produção ante setembro e de queda de 28,7% em relação a igual mês de 2014.

Entre os semiduráveis e os não duráveis, a produção caiu 0,6% em outubro ante setembro e recuou 7,4% na comparação com outubro do ano passado.

No caso dos bens intermediários, o IBGE informou que a produção diminuiu 0,7% em outubro ante setembro. Em relação a outubro de 2014, a atividade caiu 7,5%. No acumulado do ano, o instituto observou queda de 4,5% na produção da categoria, enquanto a taxa em 12 meses ficou em -4,4%.

O IBGE também informou nesta quinta-feira que o índice de média móvel trimestral da produção industrial registrou queda de 1,0% no trimestre encerrado em outubro em relação aos três meses até setembro.

## **Revisões**

O IBGE revisou o desempenho da produção industrial em setembro ante agosto. A queda na atividade foi de 1,5%, mais intensa do que o recuo de 1,3% apurado anteriormente. O dado de agosto ante julho também foi revisado de -0,9% para -1,0%.

## **Audi espera crescer até 30% no próximo ano**

03/12/2015 – Fonte: Automotive Business



A Audi terminará 2015 com mais de 16 mil unidades emplacadas, acima da projeção de 15 mil carros feita em janeiro. E espera crescer entre 20% e 30% em 2016, de acordo com o gerente de marketing de produto, Gerold Pillekamp.

O executivo falou a Automotive Business durante a apresentação do A3 Sedan 2.0 Ambition, que já é produzido em São José dos Pinhais (PR) ao lado da versão 1.4, montada no País desde outubro deste ano.

“O crescimento mostra que acertamos na nossa estratégia do 'Olhar 360 Graus'. Abrimos um novo centro de treinamento, expandimos nosso centro de peças e fecharemos o ano com 50 concessionárias”, recorda Pillekamp. “Para 2016 estão previstas mais dez revendas.”

Ele lembra que ainda este mês chegam os modelos TTS e RS3. “Em 2016 virão os novos A4 e Q7. E no primeiro trimestre começa a montagem local do Q3.” Pillekamp preferiu não arriscar um número total de vendas para o A3 Sedan nacionalizado por causa do cenário macroeconômico. Lembrou apenas que a capacidade instalada no Paraná para o modelo mais o Q3 é de 26 mil unidades.

## **Volvo Cars mostra ao mundo o novo S90 híbrido plug-in**

03/12/2015 – Fonte: Automotive Business



A primeira aparição pública do novo Volvo S90 está agendada para janeiro de 2016, no Salão de Detroit, mas a montadora adianta algumas das novidades do sedã de luxo, desta vez na versão híbrido plug-in que marca a continuidade da estratégia da empresa em eletrificar toda a sua gama de veículos.

“Com o lançamento do XC90 deixamos claro o novo momento da Volvo Cars. Agora com o S90 entramos firme e claramente no jogo. Com investimentos de US\$ 11 bilhões nos últimos cinco anos, estamos entregando a promessa de uma marca renovada e relevante”, explica Håkan Samuelsson, presidente e CEO global da Volvo Cars.

A grande novidade fica por conta do motor T8 Twin Engine híbrido tipo plug-in além de avançada tecnologia para o sistema de condução semiautônoma, o Pilot Assist, que mantém o sedã alinhado às faixas de demarcação das estradas em velocidade de até 130 km/h ao mesmo tempo em que controla freios, acelerador e direção sem a necessidade de outro veículo à frente.

O sistema é a solução encontrada pela marca para a realização de no futuro lançar no mercado um automóvel autônomo, considerada pela montadora um dos pontos chaves da inovação.

O recente investimento da Volvo Cars em um simulador de chassis avançado também trouxe benefícios ao S90: "O sedã deu um grande salto em termos de dinâmica, performance e rodagem. Nós remodelamos por completo a experiência de condução da Volvo, para oferecer um automóvel com alto senso de precisão, conforto e segurança", afirma Peter Mertens, vice-presidente sênior de pesquisa e desenvolvimento da Volvo Cars.

O City Safety, sistema de segurança ativa, também foi atualizado: agora é capaz de reconhecer à frente do veículo a presença de animais de grande porte, como cavalos, vacas ou alces durante o dia ou à noite, oferecendo um alerta ao motorista para efetiva reação do condutor e suporte de frenagem a fim de evitar a colisão.

"Nossa ideia é trazer algo inteiramente novo para esse universo conservador, entregando pelo design uma expressão visual que se traduza em liderança e confiança. Por dentro, levamos o S90 a outro nível, oferecendo uma experiência de luxo high-end, cujos principais atributos são o conforto e controle", explica Thomas Ingenlath, vice-presidente sênior de design da Volvo Cars.

## **Paulo Nemer é reeleito presidente da Abla para biênio 2016-2017**

03/12/2015 – Fonte: Automotive Business



As empresas associadas à Abla, Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis, reelegeram Paulo Nemer, da Rede Brasil, seu presidente para o biênio 2016-2017 com Carlos César Rigolino Júnior, da Transvepar, como seu vice-presidente também reeleito. A eleição teve chapa única.

Farão parte do conselho nacional da entidade os executivos Marcelo Fernandes (Localiza), Célio Fonseca (Yes), Saulo Fróes (Lokamig), Paulo Miguel Jr. (Paluana Locadora), Carlos Faustino (Thrifty), Flavio Naban (Auto Ricci), Paulo Eduardo Sorge (JSL/Movida), Marconi Dutra (Scala Locadora), Simone Pino (LM) e Nildo Pedrosa (Locavel).

Já o para o conselho fiscal foram eleitos como titulares Jacqueline Moraes de Melo (Rede Brasil), Eduardo Correa da Silva (Ranking Locação), Marco Aurélio Nazaré (Localiza), Ricardo Gondim Espírito Santo (NIU Serviços Expressos), Alvani Manoel Laurindo (Yes) e Alberto Faria da Silva (Lupa Rent a Car).

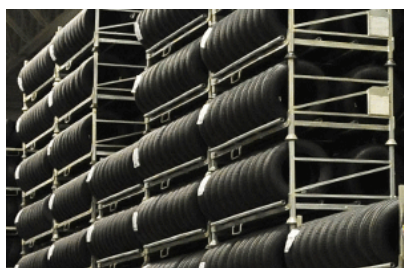
O setor de locação de automóveis tem faturamento anual superior a R\$ 14 bilhões e é o maior cliente das montadoras que atuam no Brasil, responsável pela compra de mais de 12% dos veículos vendidos anualmente no País.

Atende cerca de 25 milhões de usuários por ano e possui frota total superior a 700 mil veículos.



## **Vendas de pneus para montadoras caem 22,8% até outubro**

03/12/2015 – Fonte: Automotive Business



As vendas totais de pneus para as montadoras recuaram 22,8% entre janeiro e outubro na comparação com iguais meses do ano passado puxado pela queda de 48,3% das vendas do segmento de pneus de carga, passando de 1,7 milhão de unidades em 2014 para 874 mil neste ano, conforme dados divulgados pela Anip, Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos.

Já para o segmento de pneus para veículos leves as vendas diminuíram 20,8%, para 7,1 milhões de unidades na mesma base de comparação.

Na contramão do mercado original, o de reposição registrou crescimento das vendas em 10,5% nos dez meses acumulados do ano.

Para o presidente da Anip, Alberto Mayer, embora o segmento de pneus para veículos de passeio tenha crescido 16,3% no mercado de reposição, a tendência é de que este ritmo diminua nos próximos meses.

“Diante do cenário pessimista, de crédito restrito, o consumidor não está comprando carro novo e tem optado por manter o que já tem, realizando manutenções que levam, por exemplo, à troca de pneus. Como essa substituição não é feita todos os anos, há uma expectativa de que o mercado de reposição caia no médio prazo”, avalia Mayer.

No setor industrial, as vendas de pneus para máquinas apresentaram queda de 26,5% para pouco mais de 109 mil unidades. Segundo o presidente da entidade, a redução se deve à estagnação da indústria nacional refletindo na menor demanda do segmento.

Ainda no acumulado de dez meses, as exportações foram 6,9% menores do que o volume entregue em mesmo intervalo de 2014, embora tenha havido superávit de US\$ 589 milhões por conta do saldo de 5,1 milhões de unidades na balança comercial.

“Há um esforço para se aumentar a exportação de pneus, porém a concorrência global é forte e o nosso produto enfrenta pesada carga tributária nas importações de matérias-primas que, somada à influência da variação cambial na composição dos preços e aos elevados custos operacionais do País, acabam limitando a competitividade do produto no exterior”, avalia Mayer.

## **Volvo Bus lança sistema de gestão para ônibus urbanos**

03/12/2015 – Fonte: Automotive Business

Após um longo período de testes, a Volvo Bus apresenta ao mercado brasileiro o ITS4Mobility, Sistema Inteligente de Transporte para a Mobilidade (na sigla em inglês) que serve de ferramenta de gestão de frota e gerenciamento de tráfego dedicado a ônibus urbanos permitindo o monitoramento em tempo real via telemetria. Desenvolvido em parceria com a Ericsson na América Latina, a tecnologia que já é empregada pela Volvo Bus em outros países, como Suécia, Canadá e África do Sul, foi totalmente customizada para

as necessidades da região com as mesmas funcionalidades oferecidas globalmente.

No Brasil vem sendo testada e utilizada desde 2009 nas linhas de transporte de passageiros da região metropolitana de Goiânia (GO) cuja operação é de responsabilidade da Rmtc, Rede Metropolitana de Transportes Coletivos, consórcio formado por cinco empresas.

“O ITS4MObility é parte da estratégia de ofertar soluções por meio do Programa de Mobilidade Volvo para gestão de tráfego lançado em 2014 e que faz tudo o que é possível para complementar a operação do ônibus” afirma Luis Carlos Pimenta, presidente da Volvo Bus Latin America, durante o lançamento do produto realizado em Goiânia. Segundo o executivo, uma das vantagens do sistema é a customização para qualquer tamanho de frota e seu funcionamento com qualquer tipo de modal.

“A implantação pioneira em Goiânia com a Rmtc, que é nosso primeiro parceiro no Brasil e quase coautora do sistema, ajudou a maturar a tecnologia com base nas suas necessidades e a entender a operação, peça fundamental para o desenvolvimento do projeto”, complementa.

Embora admita a demora em apresentar a tecnologia, Pimenta explica que o tempo foi necessário para alinhar produto e negócios: “Queríamos ter a maturação do projeto e alcançar a segurança necessária para abrir para vendas aqui na América Latina onde temos a parceria com a Ericsson”, justifica.

Apesar do longo tempo de testes e operação do sistema em um único cliente nos últimos seis anos, Pimenta é otimista quanto à expansão da tecnologia nas linhas urbanas do País, apesar de demonstrar certa insegurança com o fator eleições municipais que ocorre em 2016.

“Estamos prospectando com dois possíveis clientes, mas eleições podem mais atrapalhar do que ajudar neste momento. O custo, no entanto, depende de diversos fatores, como o tamanho da frota porque é um valor também customizado, depende da cidade, do investimento necessário em infraestrutura e do operador.

Lembrando que é um sistema pensado não só para o Brasil, mas para os demais mercados da América Latina.” Já o modelo de negócio, o executivo aponta que é totalmente conjunto: “A Volvo tem a interface do cliente, que é nossa contribuição dentro do negócio. A Ericsson será responsável pela implementação, suporte e manutenção, mas todas as tratativas e negociações são feitas em conjunto, pelas duas”, explica.

Segundo o vice-presidente de Indústria e Sociedade da Ericsson para a América Latina, Jo Arne Lindstad, até 2020, a transformação da indústria gerará algo em torno de US\$ 2 trilhões em valor agregado. “E o setor de transporte é o que mais vai criar as oportunidades para este volume de valor agregado”, afirma.

“Sistemas de transporte inteligente são complexos, pois demandam a integração das tecnologias da informação e comunicação com a infraestrutura de transporte existente, as frotas de veículos e os passageiros em si. Esse acordo é uma evidência da liderança da Ericsson nesse setor, além de um exemplo da transformação positiva que acontece agora no setor de transporte que também ruma em direção à sociedade conectada.”

Ele cita um estudo feito recentemente pela divisão Ericsson ConsumerLab no Brasil que mostra que os usuários do transporte público querem informações mais atualizadas e interativas sobre o seu trajeto.

A pesquisa mostra um alto grau de conectividade entre os usuários e a necessidade de estar sempre online para ter acesso a aplicativos que auxiliem a planejar as viagens. “Esse sistema vai de encontro com as reais necessidades e demandas dos usuários porque oferece essa interface”, afirma.

## OPERAÇÃO

Na prática, o ITS4Mobility funciona como uma ferramenta multifacetada a partir de uma avançada tecnologia que oferece inteligência à gestão de tráfego e informação ao passageiro, o que permite aumentar a produtividade operacional, a regularidade das linhas e a satisfação dos usuários do transporte.

O sistema acompanha em tempo real a circulação da frota, indicando se os ônibus estão operando de acordo com os horários planejados e com a frequência adequada, cumprindo os horários e mantendo a rota previamente definida.

As diversas informações geradas no sistema, como a de localização, são enviadas a uma central de controle e apontam ao gestor possíveis desvios, ajudam a identificar pontos críticos da operação e permitem o replanejamento daquela linha ou daquela rota. O sistema possui conectividade de 100% dos veículos de forma estável.



“Não é um simples sistema de monitoramento da frota. Agrega inteligência à gestão em tempo real, permitindo uma tomada de decisões com eficácia e de forma embasada, garantindo a precisão das informações oferecidas aos passageiros”, afirma Vinícius Gaensly, responsável pela área de telemática da Volvo Bus Latin America.

Para o passageiro, o ITS4Mobility América Latina também oferece informação: a partir de um dispositivo eletrônico instalado nos ônibus, os operadores recebem dados como tempo de percurso, pontualidade dos veículos, quantidade de ônibus nos trajetos e velocidade média por linha, além de acompanhar a viagem em tempo real.

Isso pode ser transmitido aos passageiros também em tempo real, como os horários de chegada dos ônibus nos pontos de parada de cada uma das linhas por meio de aplicativos para smartphones, em sites das operadoras, em totens nos terminais ou em pontos estratégicos e por contato telefônico via central de atendimento.

“O passageiro é informado sobre o horário do próximo ônibus e do seguinte. Caso ele não consiga pegar o primeiro, sabe qual será o horário do próximo e assim não fica horas aguardando no ponto”, acrescenta Gaensly.

O ITS4Mobility para a América Latina pode ser modulado, com diferentes pacotes de informações, de acordo com a necessidade de gestão e operação. É compatível com ônibus de qualquer montadora, trens de superfície, VLT e barcos. Não opera em metrô subterrâneos por necessitar de sinal via GPS.

“Integrado ao ônibus, o sistema mostra por meio de uma tela as informações úteis também ao motorista, como a linha que ele está operando, o trajeto correto, a localização das paradas para embarque e desembarque e funciona como uma ferramenta de autogestão”, afirma o diretor da Rmtc, Leomar Rodrigues. O empresário afirma que por meio dos dados

obtidos com o ITS4Mobility, foi possível corrigir falhas e melhorar a operação a partir de um planejamento detalhado.

"Hoje contamos com índices importantes, como os 99% de cumprimento das viagens com quase 100% da frota, 76% de pontualidade de horários ponto a ponto, 99% de confiabilidade nas informações de horários das linhas e 100% de controle da operação via Central (CCO), sem a necessidade de pessoal adicional in loco (sem fiscais nas ruas)." Todos os 1.467 veículos controlados pela Rmtc possuem o ITS4Mobility.

## **MPF diz que Vale descumpre cláusulas de licença ambiental em Onça Puma**

03/12/2015 – Fonte: Reuters

A Vale está descumprindo cláusulas que obrigam a companhia a adotar ações de compensação e mitigação em favor de comunidades indígenas afetadas pelas atividades de mineração de níquel de Onça Puma, no Pará, afirmou a Procuradoria-Geral da República (PGR), que chefia o Ministério Público Federal, segundo nota nesta quarta-feira.

O parecer, assinado pelo procurador-geral Rodrigo Janot, foi apresentado em manifestação da PGR ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra um pedido do Governo do Pará para liberar o funcionamento da Mineração Onça Puma, embargado pela Justiça.

O governo do Pará argumentou, no pedido de liberação, que o empreendimento gera emprego e impostos, e sua paralisação provocaria prejuízos econômicos à região.

O procurador-geral da República também disse ao STF que há risco iminente de o conflito se perdurar com a situação de descumprimento da licença ambiental por parte da Onça Puma.

"A relação de animosidade entre a empresa Vale S.A e as comunidades indígenas afetadas pelo empreendimento Onça Puma tem se agravado, seguindo-se uma viciosa e perigosa espiral de conflitos", disse o procurador-geral.

Já existem duas decisões judiciais, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e do Superior Tribunal de Justiça, que ordenam a paralisação do projeto, sob a alegação de que a empresa não cumpriu as obrigações previstas na licença ambiental.

No entanto, a procuradora da República do MPF no Pará Luisa Sangoi afirmou à Reuters que os índios locais enviaram relatos e provas de que Onça Puma não parou suas operações.

Cerca de 700 índios estão programando uma manifestação em frente as operações de Onça Puma para protestar contra o empreendimento no domingo, disse ela.

Na terça-feira à noite, a diretora de metais básicos da empresa, Jennifer Maki, admitiu que a empresa está mantendo em operação a unidade de processamento de níquel de Onça Puma, suspendendo apenas as operações a céu aberto na mina, de onde obtém os minérios de níquel.

Segundo a procuradora, a Vale está distorcendo a decisão da Justiça de forma a manter as operações na unidade.

"A Vale pegou a decisão da Justiça de paralisação do empreendimento e distorceu para benefício próprio, ela deveria parar todo o projeto e não apenas a atividade de mineração", afirmou Luisa.

Segundo a PGR, sete aldeias dos índios Xikrin e Kayapó são afetadas pela Mineração Onça Puma, e os impactos previstos na licença de 2004 se tornaram contaminação grave em 2015.

O parecer da PGR cita o laudo técnico do Instituto de Geologia e Engenharias da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) que mostra que as águas do rio Cateté, do qual dependem as aldeias, "foram gravemente contaminadas pelo desencapsulamento de metais pesados bioacumuláveis, como ferro, cobre, níquel e cromo, com sérios riscos para a saúde humana".

"Note-se que a contaminação do curso de água é fato incontroverso, porquanto reconhecido pela própria Vale S/A, a qual, no entanto, atribui a causas naturais a presença de elevada concentração de metais pesados no rio", afirmou o parecer de Rodrigo Janot.

Na semana passada, a Vale, uma das maiores produtoras de níquel do mundo, afirmou que a análise de amostras realizadas pelo Instituto de Perícia Paraense não demonstra a contaminação por níquel e que a presença de elementos dissolvidos decorre da condição geológica da área, sem relação com a atividade da Vale na região.

Procurada nesta quarta-feira, a Vale não comentou imediatamente as declarações da PGR.

## **Artigo: Os impactos da crise no setor de bens de capital**

03/12/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo

A crise por que passa o setor de bens de capital, se persistir, poderá significar um retrocesso histórico para a indústria instalada no País e comprometer por muito tempo sua competitividade. Nenhuma economia pode ser considerada avançada em termos industriais sem um setor de bens de capital florescente.

As encomendas de máquinas e equipamentos pela indústria de transformação e pela construção refletem a dimensão dos investimentos produtivos. Além disso, sendo o setor de bens de capital caracterizado pelo uso intenso de tecnologia, seu desenvolvimento é essencial para a modernização do parque produtivo.

Os últimos dados do IBGE retratam bem a crise que se abateu sobre esse segmento industrial. O índice de produção do setor de bens de capital caiu para 79,2 em setembro, 23,6% abaixo do mesmo mês do ano passado, configurando o pior desempenho desde 2006. Em 2013, por exemplo, quando o setor vivia um bom momento, seu índice de produção era de 113,5.

Quanto a encomendas, a queda na carteira das indústrias foi de 24,6% em setembro na comparação com idêntico mês de 2014, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

Isso se deve à queda vertical da demanda interna, resultando em capacidade ociosa nas fábricas. "Como o empresário vai investir sabendo que sua empresa tem excesso de capacidade para produzir ou o maquinário que ele tem dá e sobra para abastecer o mercado?", pergunta Julio Gomes de Almeida, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

A saída poderia ser o mercado externo, com o incentivo proporcionado pela desvalorização do real. Mas, por enquanto, para muitas indústrias, esta é uma alternativa ainda limitada, seja pela inadequação da infraestrutura, seja pela carga tributária e outros fatores associados ao custo Brasil.

Além disso, não se pode deixar de levar em conta a concorrência acirrada no mercado internacional. Somente com ganhos de produtividade decorrentes do maior uso de tecnologia, agregando valor, será possível elevar a competitividade. E isso, afinal, depende do dinamismo do setor de bens de capital.

O grande risco, portanto, é de que a crise empurre a indústria para um círculo vicioso: não investe porque não vende no mercado interno e não vende no mercado global porque não investe em modernização.

### **Pedidos de recuperação judicial atingem novo recorde em novembro, diz Serasa**

03/12/2015 – Fonte: EM.com

Avanço da recessão econômica, crédito caro e os efeitos do dólar alto sobre o setor produtivo estão dificultando as empresas em honrar seus compromissos financeiros, como mostra estudo da Serasa Experian. De acordo com o indicador da entidade, os pedidos de recuperação judicial requerida no País subiram 46,7% entre janeiro e novembro, atingindo o maior resultado para o período desde 2006, após a entrada em vigor da Nova Lei de Falências (junho/2005).

Em 11 meses terminados em novembro, foram 1.137 ocorrências, na comparação com 775 anteriormente. Em outubro, na mesma base de comparação, o Indicador Serasa Experian de Falências e Recuperações já havia atingido nível recorde.

Segundo a Serasa, as micro e pequenas empresas lideraram os requerimentos de recuperação judicial, de janeiro até o mês passado, com 589 pedidos, seguidas pelas médias (327) e pelas grandes empresas (221).

O Indicador Serasa Experian mostra que foram 1.654 pedidos de falências, o que representa alta de 7,9% no confronto com os 11 primeiros meses de 2014. Do total de requerimentos de falência efetuados de janeiro a novembro de 2015, 850 foram de micro e pequenas empresas; 392 de médias empresas e 412 pedidos de grandes empresas.

### **Exportação será a única alternativa em 2016, diz Fiesp**

03/12/2015 – Fonte: DCI



Com a perspectiva de demanda interna ainda fraca, as exportações podem trazer algum alívio para a indústria paulista no próximo ano. O aumento dos embarques, entretanto, ainda depende da estabilidade do câmbio.

Segundo o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, a desvalorização do real frente ao dólar foi o único fator positivo para o setor neste ano e, se o câmbio se mantiver na faixa de R\$ 3,50, as fabricantes podem ser beneficiadas.

"Mesmo que, neste ano, a melhora no saldo da balança comercial brasileira tenha sido causada mais pela redução da importação do que pela alta nas exportações efetivamente, os embarques devem crescer em 2016. Mas isso leva algum tempo", observou Skaf, ontem, durante evento com jornalistas.

Ele ponderou que a estabilidade do câmbio é importante para garantir a retomada. "O que não pode acontecer é o dólar a R\$ 4 por instabilidade econômica."

Skaf citou ainda um encontro previsto para esta sexta-feira (4) com o presidente eleito da Argentina, Mauricio Macri. "Nós apoiamos muito a visão liberal de Macri, então creio que teremos uma agenda muito boa", disse ele, sem detalhar os temas previstos para a reunião. A mudança no governo da Argentina tem sido vista por alguns industriais como sinal de que os embarques para o país podem ser retomados. Desde o ano passado, o país vizinho intensificou barreiras para entrada de importados, dificultando os negócios.

O possível acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia (UE) também foi citado por Skaf. A expectativa da Fiesp é que aconteça a troca de oferta entre os blocos para o acordo no primeiro semestre de 2016. "Estamos atentos a outros possíveis acordos, que podem ser mais interessantes do que uma parceria birregional", ponderou.

Apesar da perspectiva para as exportações, a Fiesp estima queda de cerca de 6% na produção industrial no ano que vem ante 2015. "Teremos queda sobre queda", disse ele. Ao final deste ano, segundo Skaf, a atividade industrial paulista deve encolher 9,5%.

Ele espera, entretanto, uma recuperação da atividade na medida em que a confiança do brasileiro melhore. "Podemos ver uma mudança rápida no cenário com a volta da confiança", disse o presidente da Fiesp. Para ele, "o governo é que enfrenta uma crise de credibilidade e não o País".

## **Mercedes prevê queda maior na venda de caminhão**

03/12/2015 – Fonte: EM.com

A queda das vendas de caminhões deve superar a casa dos 50% neste ano, acima do previsto inicialmente. O setor calculava vender 75 mil veículos - ante 137 mil em 2014 -, mas o volume pode atingir no máximo 68 mil unidades, o pior resultado para o setor em 11 anos.

Sem mudanças no cenário econômico e político, 2016 deve ser ainda pior, prevê o presidente da Mercedes-Benz no Brasil, Philipp Schiemer. "Se 2015 foi um ano de ociosidade nas fábricas, 2016 será um ano de fechamento de empresas e mais desemprego", diz.

Em tom de desabafo, o executivo alemão, que em várias passagens já viveu mais de 15 anos no Brasil, criticou na quarta-feira, 2, a falta de liderança do governo em buscar uma alternativa para a crise.

A única saída que ele vê atualmente é um pacto entre governo, partidos políticos, empresários, centrais sindicais, Congresso e Senado para buscar uma solução.

"É preciso criar uma coalizão e preparar um plano para um Brasil melhor no futuro", sugere. "É preciso se preocupar com o País e não com cargos".

Ele diz que é preciso fazer um diagnóstico da situação, reconhecer erros e criar uma ponte para mudanças. "Para isso, é preciso ter uma liderança com credibilidade, honesta e que seja transparente. Hoje sabemos que infelizmente essa liderança não existe."

O executivo considera ser difícil para a presidente Dilma Rousseff assumir esse papel em razão do seu baixo índice de aprovação pela população.

"E se ela não conseguir fazer isso, algo tem de ser feito ou 2017 e 2018 também serão piores e o Brasil não vai aguentar", afirma. "Antes visto com esperança, o País hoje é visto com muita descrença e desconfiança por parte dos investidores".

## **Incompetência**

A gota d'água para a revolta do executivo foi a confusão criada pelo governo federal no fim de outubro ao antecipar em um mês - de novembro para outubro - o fim do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), do BNDES, com juros subsidiados à compra de bens de capital.

Dias depois do anúncio, o governo voltou atrás e reabriu o programa, mas com mudanças, como a redução do limite de financiamento para cada banco, impossibilitando a compra por parte de vários clientes que entraram com pedidos. Além disso, muitos dos financiamentos aprovados ainda não foram liberados. "Foi uma incompetência total do governo. Essa manobra só fez confusão e parou o mercado".

Essa é a principal razão para a queda de 61% nas vendas de caminhões em novembro na comparação com o mesmo mês de 2014, informa Schiemer. Ele acredita que dezembro será ainda pior, por isso a projeção para o ano foi revista.

## **Nova fábrica**

O executivo ressalta que "não pode ficar quieto vendo que o País está entrando num caos". Ele diz que a Mercedes é responsável por mais de 50 mil famílias, levando em conta seus 12 mil empregados, os 20 mil da rede de revendedores e 25 mil dos fornecedores de autopeças. "Têm fornecedores e concessionários que não vão sobreviver."

Ele afirma que a matriz do grupo na Alemanha está preocupada e será mais difícil obter investimentos futuros no País.

O plano atual, de R\$ 730 milhões para o período 2015 a 2018 para as fábricas de caminhões e ônibus de São Bernardo do Campo (SP) e Juiz Fora (MG) será mantido. A nova fábrica de automóveis de luxo que o grupo constrói em Iracemápolis (SP), com investimento de R\$ 500 milhões, será inaugurada no primeiro trimestre de 2016, conforme previsto inicialmente.

## **Jornadas e salários**

A Mercedes-Benz estuda medidas para adequar a produção à baixa demanda por caminhões e ônibus no próximo ano e pode propor aos trabalhadores a ampliação do Programa de Proteção ao Emprego (PPE) ou esticar o período de férias coletivas de fim de ano na sua maior fábrica, no ABC paulista, onde trabalham cerca de 10 mil pessoas.

Inicialmente, as férias começam na sexta-feira e se estendem por um mês. O PPE, em vigor desde setembro, estabelece corte de jornada e salários em 20% (sendo 10% bancado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT). Com isso, a fábrica opera apenas quatro dias por semana. Uma possibilidade é ampliar o corte para 30%.

"Essa é a pior crise da história da Mercedes em 60 anos de Brasil", afirma Phillip Schiemer. A produção prevista para este ano, de cerca de 22 mil caminhões, "deve voltar mais de 30 anos atrás".

Ao longo do ano, a montadora colocou trabalhadores em lay-off (suspensão de contratos), deu férias coletivas, licenças e abriu programas de demissão voluntária. Somando todas as paradas, a fábrica de São Bernardo deixou de funcionar por quatro meses. Hoje, opera com metade de sua capacidade produtiva.

De janeiro a novembro, o mercado total de caminhões caiu 46,3%, para 66,2 mil unidades. Em novembro foram vendidas 4.735 unidades, 18,1% menos que no mês anterior e 61% abaixo do volume de um ano atrás.



O segmento de ônibus registra queda total de 36%, para 18,7 mil veículos, segundo a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave).

## **Projeção para IPCA 2016 subiu no cenário de referência, aponta ata do Copom**

03/12/2015 – Fonte: EM.com

Já admitindo que só entregará a inflação na meta em 2017, o Banco Central passou a prever um IPCA ainda mais elevado em 2016. Na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), a instituição informou que sua projeção de inflação no cenário de referência aumentou frente ao encontro anterior e se situa acima do centro da meta. O BC não divulga qual a taxa esperada na ata, apenas no Relatório Trimestral de Inflação (RTI), que será divulgado um pouco antes do Natal.

No caso do cenário em que o BC usa parâmetros de mercado para desenhar seu cenário, a estimativa da autoridade monetária também aumentou, continuando acima do centro da meta. As informações foram divulgadas na manhã desta quinta-feira, 3, por meio da ata do Copom da semana passada, que manteve a taxa básica de juros em 14,25% ao ano. A decisão, no entanto, não foi unânime (6 x 2), com membros do colegiado votando pela alta imediata da Selic.

A meta é fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e está em 4,5% para este ano e também para 2016 e 2017. Em 2017, a margem de tolerância será reduzida de 2 pontos percentuais (pp) para cima ou para baixo para 1,5 pp.

No Relatório Trimestral de Inflação mais recente, divulgado em setembro, a estimativa do BC para o IPCA do ano que vem estava em 5,3% no cenário de referência e em 5,4% no de mercado. Nesse mesmo documento, o BC informou que a chance de estouro da meta do ano que vem era de 20% no cenário de referência e de 22% no de mercado.

No Relatório de Mercado Focus da última segunda-feira, a mediana das estimativas dos analistas para o IPCA de 2016 estava em 6,64%, mesmo valor da semana anterior. No caso do Top 5, a mediana das expectativas para a inflação do ano que vem está em 7,07%, portanto bem acima do teto da meta. Para 2017, os analistas consultados semanalmente pelo BC projetam IPCA de 5,12% e o grupo Top 5, de 5,35%.

A ata divulgada hoje ressalta que o cenário de referência leva em conta manutenção da taxa de câmbio em R\$ 3,80 e Selic em 14,25% ao ano. No documento anterior, o BC trabalhava com a cotação do dólar em R\$ 3,85. Já o cenário de mercado considera estimativas para câmbio e juros de analistas de mercado às vésperas do encontro da diretoria para definir o rumo da Selic.

### **Divisão**

A Ata do Copom divulgada hoje detalha as razões do voto dividido do colegiado em sua última reunião. Os membros que votaram pela manutenção da taxa 14,25% - Alexandre Tombini, Anthero Meirelles, Aldo Mendes, Altamir Lopes, Luiz Feltrim e Otávio Damaso - consideraram "monitorar a evolução do cenário macroeconômico até sua próxima reunião para, então, definir os próximos passos na sua estratégia de política monetária".

Para Sidnei Marques e Tony Volpon, a Selic já poderia ter subido para 14,75%. A dupla argumentou que "seria oportuno ajustar, de imediato, as condições monetárias, de modo a reduzir os riscos de não cumprimento dos objetivos do regime de metas para a inflação".

Na última vez em que o Copom teve uma votação dividida, em outubro do ano passado, parte dos seus membros alegou que incertezas ainda cercavam a magnitude e a persistência dos ajustes de preços relativos. Desde que o Banco Central passou a abrir os votos, em 2012, houve quatro votações sem unanimidade.

O diretor de Organização do Sistema Financeiro e Controle de Operações do Crédito Rural, Sidnei Marques, sempre esteve na ponta mais conservadora dos votos, se tornando o membro mais hawkish do colegiado.

## **Donos bilionários apoiarão recuperação da VW após escândalo**

03/12/2015 – Fonte: Exame



Os proprietários bilionários da Volkswagen AG ressaltaram seu compromisso com a fabricante de veículos, quebrando o silêncio mais de dois meses depois de o escândalo de fraude dos testes de emissão ter se tornado público.

“As famílias Porsche e Piech estão do lado da Volkswagen”, disse Wolfgang Porsche, líder da família que possui uma participação majoritária na fabricante e presidente do conselho de seu veículo de investimento Porsche Automobil Holding SE, em uma reunião com o prefeito de Wolfsburg, Alemanha, na noite de terça-feira.

“Estou profundamente convencido de que a Volkswagen superará a difícil situação atual” e “farei a minha parte pessoalmente”.

Em uma tentativa de buscar apoio em um momento em que a empresa procura uma saída para o escândalo, Wolfgang Porsche falará a milhares de trabalhadores na enorme fábrica da Volkswagen em Wolfsburg nesta quarta-feira.

A ele se somarão os outros três membros do conselho de supervisão que representam o recluso clã: Louise Kiesling, Hans-Michel Piech e Ferdinand Oliver Porsche.

A família Porsche-Piech recebeu pedidos de líderes dos trabalhadores para que sinalizassem seu compromisso com os funcionários, que enfrentam duas semanas de licença forçada durante o Natal em um momento em que a crise começa a afetar as vendas.

O diretor de recursos humanos, Bernd Osterloh, que tem pressionado pela proteção aos trabalhadores focando nos cortes no portfólio de modelos da Volkswagen, dirigirá a assembleia.

### **‘Indicativo importante’**

“As famílias proprietárias foram muito discretas até aqui em meio a essa crise sem precedentes para a empresa”, disse Yasmina Serghini, analista da Moody’s em Paris. A reunião mostrará onde a família está em relação à mão de obra, disse ela, “um indicativo importante do plano da empresa de acelerar as reformas e melhorar a eficiência de custo”. A reunião surge em meio a notícias controversas para a Volkswagen.

Apesar de a empresa ter feito progresso com um recall mais simples do que o esperado de 8,5 milhões de carros a diesel fraudulentos na Europa, as negociações com as agências reguladoras americanas ainda estão em andamento e a queda nas vendas no país mostra o impacto da crise sobre as concessionárias.

O impacto financeiro, que a empresa disse que totalizará mais de 8,7 bilhões de euros (US\$ 9,24 bilhões), também é incerto.

## **Rebaixamento da S&P**

A Standard Poor's rebaixou a classificação de crédito da Volkswagen na terça-feira pela segunda vez desde que a crise veio a público, em setembro. "Esses riscos e os custos relacionados a eles continuam se expandindo e se aprofundando", especialmente após as revelações de novembro sobre emissões de dióxido de carbono deturpadas na Europa, disse a agência de classificação.

A reticência de Wolfgang Porsche era a esperada. O bilionário de 72 anos foi atirado na liderança no início deste ano depois que seu primo, o ex-presidente do conselho da Volkswagen, Ferdinand Piech, renunciou após um confronto dentro do conselho com o então CEO Martin Winterkorn. Porsche foi o último dos poderosos dentro da empresa a ficar ao lado de Winterkorn na briga, entrando na disputa apenas depois de consultar outros membros da família.

## **Fazenda orgânica**

Diferentemente de Piech, que passou toda a carreira em conselhos, centros de engenharia e unidades de montagem, Wolfgang Porsche viveu a maior parte de sua vida silenciosamente na Áustria, passando o tempo em Salzburgo e na vila alpina de Zell am See. Ele possui uma fazenda orgânica de lácteos na região.

A maior parte do restante da família, formada por 30 a 40 pessoas, também se mantém longe dos holofotes e vive perto da fronteira da Alemanha com a Áustria.

Estes membros controlam 52 por cento das ações votantes da Volkswagen por meio da Porsche Holding, com sede em Stuttgart, uma relíquia da tentativa malfadada da fabricante de carros esportivos Porsche de assumir o controle da Volkswagen, de porte muito maior.

Esta última virou a mesa em uma transação complexa que culminou em um acordo, em 2009, para ter a família Porsche-Piech como acionista principal, enquanto as operações de carros esportivos foram integradas à lista de marcas da Volkswagen.

## **OCDE prevê pressão maior sobre fabricantes**

03/12/2015 – Fonte: Portos e Navios

As pressões por reestruturação mais profunda na indústria siderúrgica global devem aumentar "significativamente" no curto e médio prazo, avalia o Comitê de Aço da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em Paris.

Em sua análise periódica da conjuntura, o comitê, formado por países produtores e consumidores, concluiu que é preciso que os países tomem ações imediatas para enfrentar o problema persistente de excesso de capacidade.

A situação se agravou com a desaceleração da economia global nos últimos meses. A queda na atividade tem sido particularmente forte nos emergentes, pesando na produção industrial e no comércio global. Nas economias desenvolvidas, investimento e produtividade crescem modestamente.

O consumo de aço tem sido negativo nas principais economias neste ano. O uso aparente de aço acabado é agora projetado para declinar 1,7% em 2015 e só se recuperar 0,7% no ano que vem.

A baixa nas projeções da OCDE reflete a contração maior que esperada na China, na América do Sul e em economias do antigo bloco soviético. Mas alguns países da África, a Índia e também no Oriente Médio estão crescendo.

Após crescimento de 1,2% em 2014, a produção mundial de aço caiu 2,5% nos dez primeiros meses deste ano. Isso ocorreu em quase todas as regiões do mundo. Em alguns

países, produtores locais ajustam a produção diante da maior concorrência das importações mais baratas.

Conforme a OCDE, o efeito combinado de maior oferta, demanda menor, mais importações em várias economias e baixa no custo de siderúrgicas tem levado a forte declínio nos preços este ano.

Apesar da fragilidade do mercado, a capacidade do setor é projetado para continuar crescendo em 2015-2017. Nos países desenvolvidos deve ser manter inalterado. Mas na Ásia, apesar de alguns projetos terem sido suspensos, a capacidade se expande. Na região, ainda há importação líquida de aço.

"A demanda fraca associada com mais aumento na capacidade nos próximos anos, num ambiente já de baixo preço do aço, lucratividade insustentável e aumento da dívida, sugere que as pressões por ajuste podem crescer significativamente no curto e médio prazo", diz a OCDE.

Para a entidade, subsídios governamentais estão contribuindo para o excesso de capacidade. Medidas protecionistas crescem paralelo a desequilíbrios estruturais. Para a OCDE, a experiência passada pode servir para o novo cenário no setor.

## **Quem pode ter empresa no Simples Nacional?**

03/12/2015 – Fonte: R7

A exigência inicial para abrir ou enquadrar uma empresa como SIMPLES é o faturamento. A receita, o dinheiro que entra na empresa, é de no máximo R\$ 360 mil por mês, ou R\$ 3,6 milhões por ano.

A abertura da empresa com o enquadramento no Simples pode ocorrer em qualquer época do ano, porém, o enquadramento para empresas já abertas deve ser realizado apenas no mês de janeiro.

A constituição da empresa pode ser tanto em sociedade como individualmente. Pessoas sem acesso a crédito podem abrir empresas no Simples assim como quem é sócio de outras empresas, mas neste caso, como há vinculação do CPF à outra empresa o faturamento não pode ser alto. Isso porque se a soma dos faturamentos em proporção às cotas sociais ultrapassar o limite do Simples, as empresas passarão a ser tratadas como regime fiscal de lucro presumido, perdendo os benefícios conferidos pelo regime simplificado.

Para manter a empresa no SIMPLES é necessário estar com as obrigações tributárias em ordem, ou seja, pagar os impostos para assim evitar a caracterização de inadimplência fiscal.

Comércio, indústria, serviços e atividades agrícolas são algumas das atividades permitidas no Simples. Estão excluídas as associações, cooperativas e entidades financeiras. Para uma consulta sobre o rol de atividades constantes no Simples bem como informações mais completas sobre o regime simplificado vale à pena consultar profissionais especializados no assunto.

Na prática, a vantagem do Simples é a unificação da carga tributária. Na maioria dos casos, a aplicação de um percentual sobre o faturamento unifica vários impostos e torna o custo tributário mais baixo. Nestes custos estão incluídos o INSS que a empresa paga para ter funcionários, e tributos em geral como PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, IPI, ISS, o ICMS, que em alguns casos é cobrado à parte, de acordo com a atividade.

Empresas incluídas no regime simplificado estão dispensadas da retenção tributária em nota fiscal, situação onde quem paga tem que reter os tributos e pagar em nome de quem recebeu os valores, enviando-lhes a guia para contabilização posterior.

No entanto, existem algumas declarações fiscais, contábeis e pessoais a fazer, como, por exemplo, a DEFIS que equivale a uma declaração de Imposto de Renda da empresa, a RAIS, que presta informações ao governo sobre os funcionários, seus salários, férias, etc. entre outras obrigações do escritório de contabilidade.

Para efeito de controle contábil a lei exige das empresas no simples a emissão de livro caixa. Nós percebemos que muitos contadores não o fazem, principalmente, porque a empresa não envia os documentos necessários dentro dos prazos.

Respeitar os prazos para o envio de documentos é uma mudança de hábito fundamental. Enviar para a contabilização todas as notas fiscais, extratos bancários e demais registros do negócio, exigir dos contadores a emissão de livro caixa ou de balancetes e balanços, assim como ler estes documentos, que são o retrato documentado da empresa, são passos importantes pois a partir disso pode-se verificar a origem dos recursos financeiros, as informações de gestão, as decisões gerenciais que devem ser baseadas na realidade.